



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUIZ CARLOS DIAS LOBO

**ÁGUIAS NAS ESTEPES, URSOS NAS FRONTEIRAS: NACIONALISMO CAZAQUE
E SEUS DILEMAS DA POLÍTICA EXTERNA DO CAZAQUISTÃO NO CONTEXTO
DA GUERRA DA UCRÂNIA (2022–2025)**

JOÃO PESSOA

2025

LUIZ CARLOS DIAS LOBO

**ÁGUIAS NAS ESTEPES, URSOS NAS FRONTEIRAS: NACIONALISMO CAZAQUE
E SEUS DILEMAS DA POLÍTICA EXTERNA DO CAZAQUISTÃO NO CONTEXTO
DA GUERRA DA UCRÂNIA (2022–2025)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Ielbo Marcus Lobo de
Souza

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

L799Aá Lobo, Luiz Carlos Dias.

Águias nas estepes, ursos nas fronteiras:
nacionalismo cazaque e seus dilemas da política externa
do Cazaquistão no contexto da Guerra da Ucrânia
(2022-2025) / Luiz Carlos Dias Lobo. - João Pessoa,
2025.

47 f.

Orientação: Marcus Ielbo Lobo de Souza Souza.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Nacionalismo. 2. Política externa. 3.
Cazaquistão. 4. Eurasianismo. 5. Dependência
estratégica. 6. Soberania. 7. Ásia central. 8. Rússia.
I. Souza, Marcus Ielbo Lobo de Souza. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

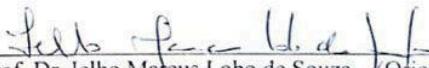
LUIZ CARLOS DIAS LOBO

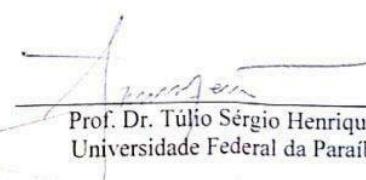
**ÁGUIAS NAS ESTEPES, URSOS NAS FRONTEIRAS: NACIONALISMO CAZAQUE E
SEUS DILEMAS DA POLÍTICA EXTERNA DO CAZAQUISTÃO NO CONTEXTO DA
GUERRA DA UCRÂNIA (2022–2025)**

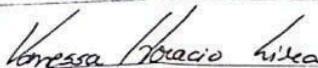
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 01 de OUTUBRO de 2025

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Ielbo Marcus Lobo de Souza - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Profa. Ma. Vanessa Horácio Lira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Vivianne, que resplandeceu-me o lume do saber e nunca cessou de me guiar pelos caminhos luzidios do conhecimento, mesmo em meio aos campos de trevas. Cada gesto seu, cada palavra silenciosa, foi uma ponte sobre o abismo da ignorância, e por isso meu coração lhe é eternamente grato. Foi você quem me fez amar o mundo das ideias, e nele ainda habito, iluminado pelo seu afeto. Amo você, minha mãe. Não irei abandoná-la jamais. Sei que mesmo que os demais o façam comigo, nunca será o seu caso.

Aos meus irmãos, Fernanda, Antônio e Miguel, que despertaram em mim a ternura de cuidar, profetizando a lembrança de que o carinho pode ser puro, simples e acolhedor — como o vapor que emana dos cafés. Sois os musos arlequins de meu artista sensível, meus amados.

Ao meu padrasto, Willian, cujo gesto concreto de apoio tornou possível que meus passos vigorassem neste chão, lembrando-me e a meus idealismos de que a generosidade também se mede em atos materiais.

Aos amigos da universidade, Darlon, Emily, Adriano, José e Maria, que me fizeram sentir que, mesmo sendo eterno peregrino de mim mesmo, há lugares onde se pertence; reflexos gentis que devolvem sentido à existência e tornam a viagem menos solitária.

E não podia esquecê-los, aqueles que me acompanham de maneira silenciosa, sombras de afeto que habitam meu íntimo sem se mostrarem, visíveis apenas aos olhos que sabem como fitar minhas pupilas castanhas com carinho.

A vós todos, assim como aos que hão de permanecer distante de minhas palavras, sentimentos e lembranças. Guardo todos vós comigo. Meus profundos agradecimentos.

“Para o perfeito ocioso, para o observador apaixonado, torna-se uma imensa fonte de prazer estabelecer sua morada na multidão, no fluxo e refluxo, na agitação, no fugaz e no infinito. Não ter casa e, ainda assim, sentir-se em casa em qualquer lugar; ver o mundo, estar no centro do mundo e, ainda assim, não ser visto pelo mundo, tais são alguns dos pequenos prazeres daqueles espíritos independentes, intensos e imparciais, que não se prestam facilmente a definições linguísticas. O observador é um princípio desfrutando de sua incógnita onde quer que vá...”

— Charles Baudelaire.

RESUMO

Este trabalho investiga a influência do nacionalismo na formulação da política externa do Cazaquistão em relação à Federação Russa no período pós-2022, notadamente no que concerne aos dilemas de segurança suscitados pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. Tem por objetivo compreender como o discurso nacionalista cazaque é utilizado para afirmar a soberania do Estado e, simultaneamente, sustentar vínculos estratégicos com a Rússia, conciliando autonomia e dependência. A pesquisa se apoia em uma abordagem qualitativa, por meio de análise de conteúdo de discursos políticos, documentos oficiais e declarações de dirigentes, combinando revisão bibliográfica de estudos sobre nacionalismo e teoria das relações internacionais com a análise da evolução histórica e contemporânea da identidade nacional e da política externa do país. Os resultados indicam que o nacionalismo serve como ferramenta discursiva de relevante papel na legitimação da soberania do Cazaquistão. As conclusões evidenciam que o nacionalismo, nesse contexto, depreende-se enquanto mecanismo central para conciliar seu atual status multi-vetorial de inserção no Sistema Internacional e espaço eurasiano.

Palavras-chave: Nacionalismo, Política Externa, Cazaquistão, Eurasianismo, Dependência Estratégica, Soberania.

ABSTRACT

This study examines the influence of nationalism on Kazakhstan's foreign policy towards the Russian Federation in the post-2022 period, particularly regarding the Russia–Ukraine conflict implications on the State's security. It aims to understand how Kazakh nationalist discourse asserts state sovereignty while maintaining strategic ties with Russia, balancing autonomy and dependence. The research adopts a qualitative approach, analyzing political speeches, official documents, and leaders' statements, combined with a literature review on nationalism and international relations theory, alongside historical and contemporary analysis of national identity and foreign policy. Findings indicate that nationalist discourse is mobilized pragmatically, allowing Kazakhstan to reinforce independence without foregoing its integration within the Eurasian space. The study concludes that nationalism serves as a central element in legitimizing the country's current diplomatic acts. This research contributes to understanding the discursive mechanisms underlying Kazakhstan's foreign policy, showing that nationalist narratives are essential to consolidating its regional position and multi-vectorial international status, even amid pressure from traditional actors such as Russia.

Keywords: Nationalism, Foreign Policy, Kazakhstan, Eurasianism, Strategic Dependence, Sovereignty.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 NAÇÕES E NACIONALISMO.....	11
2.1 Nacionalismo Clássico.....	11
2.2 Nacionalismo Periférico.....	19
2.3 Intersecções entre Nacionalismo e Política Externa.....	21
3 NACIONALISMO CAZAQUE.....	23
3.1 Formação histórica da identidade nacional.....	23
3.2 Retórica identitária e políticas nacionalizantes.....	26
3.3 Diálogos entre a teoria nacionalista e experiência cazaque.....	30
3.4 Síntese teórica e direcionamento empírico.....	32
4 DISCURSO NACIONALISTA E POLÍTICA EXTERNA CAZAQUE.....	32
4.1 A política externa cazaque mediante o conflito russo-ucraniano.....	32
4.2 Cazaquistão, conflito russo-ucraniano e nacionalismo: mapeamento de discursos....	35
5 CONCLUSÕES.....	39
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Os dilemas da soberania nacional nos Estados pós-soviéticos tornam-se particularmente evidentes à medida que o conflito armado entre Rússia e Ucrânia (2022–2025) acentua tensões históricas e suscita questionamentos sobre a hegemonia do Kremlin no espaço pós-soviético (Civic Idea, 2023). O presente trabalho busca discernir de que maneira o discurso nacionalista se manifesta na política externa do Cazaquistão em relação a Moscou, no período que sucede o litígio iniciado entre a Federação Russa a República Nacional da Ucrânia.

O nacionalismo configura-se como elemento central na construção das identidades nacionais pós-soviéticas, cujo emprego no discurso estatal repercute diretamente nas diretrizes de política externa em relação a Moscou. (Laurelle, 2021) O Cazaquistão, historicamente inserido na esfera de influência russa, instrumentaliza a retórica nacionalista a fim de afirmar sua presença no espaço eurasiano, incorporando inevitavelmente as relações diplomáticas com Moscou como parte estratégica do cálculo de sua política externa. Apesar da literatura recente abordar os desdobramentos da guerra no espaço pós-soviético, bem como a política externa multivetorial do Cazaquistão e sua narrativa nacionalizante, verificam-se expressivas lacunas no que tange ao papel específico do nacionalismo na formulação das decisões externas do país no contexto da guerra, possibilitando assim uma investigação que contribua ao esclarecimento do elo entre tais ontologias.

Esta pesquisa almeja, para além do escrutínio do discurso nacionalista no Cazaquistão, explorar o elo entre o nacionalismo e a política externa contemporânea do país, contribuindo para o estudo da Ásia Central — região ainda pouco explorada pela academia brasileira de Ciência Política e Relações Internacionais. Ao explorar a tensão entre a afirmação de autonomia e gestão das relações com Moscou, pretende-se discernir os mecanismos discursivos que sustentam a margem de manobra do Cazaquistão no espaço eurasiano, elucidando-os à luz dos estudos nacionalistas. Dessa forma, a pesquisa visa fornecer inferências que corroborem à complexa discussão da autonomia da política externa mediante contextos de dependência histórica e pressões geopolíticas, contribuindo para um aprofundamento da perspectiva brasileira sobre a condição estrutural dos Estados

centro-asiáticos e destarte provendo aportes teórico-metodológicos capazes de transcender sua designação geográfica direta.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como o nacionalismo cazaque orienta a política externa do país, equilibrando a afirmação de soberania e a dependência estratégica em relação à Rússia no período pós-2022. Para tanto, estabelecem-se três objetivos específicos: definir o nacionalismo sob perspectivas acadêmicas e sócio-históricas, identificando seus elementos centrais e traçando um panorama histórico de sua constituição enquanto fenômeno político; examinar a configuração histórica do nacionalismo cazaque, destacando elementos de nacionalismo étnico e cívico e sua relevância para a construção da identidade nacional; e analisar como o discurso nacionalista cazaque é mobilizado para conciliar a afirmação de soberania com a manutenção de vínculos estratégicos com a Rússia após o conflito russo-ucraniano de 2022.

A pesquisa parte de duas hipóteses principais. A primeira considera que o contexto geopolítico alterado pela Guerra da Ucrânia (2022–2025) induz ao emprego do discurso nacionalista cazaque como retórica que reforça a identidade histórica e simbólica da nação, concebendo a influência russa como fruto de um processo colonial e afirmindo a soberania do Estado, ainda que em detrimento da manutenção de vínculos estruturais e estratégicos com o Kremlin. A segunda hipótese aponta que o nacionalismo é empregado como instrumento de pragmatismo externo, permitindo ao Cazaquistão conciliar autonomia relativa e inserção na lógica eurasianista, mantendo vínculos estratégicos com a Rússia e outros atores regionais sem comprometer sua capacidade de ação. Dessa forma, concede ao país margem de manobra diplomática e flexibilidade na condução da política externa em relação à Federação Russa no período que sucede o início da guerra.

A presente pesquisa fundamenta-se numa abordagem qualitativa, de natureza descriptivo-analítica, em que o marco teórico fulcral insere-se na teorização a respeito do conceito nacionalismo, compondo um arcabouço teórico conceitual que pautar-se-á na mensuração cuidadosa do lócus conceitual em que alicerça-se o nacionalismo cazaque, discernindo suas implicações para a política externa. A investigação sustenta-se, metodologicamente, sobre dois eixos centrais: o marco teórico supracitado e a análise do conteúdo discursivo concernente à política externa do Cazaquistão para o período de 2022 a

2025, utilizando-se das lentes teóricas elencadas. Parte-se da premissa de que o discurso nacionalista constitui um elemento estruturante das práticas de política externa, especialmente em contextos de reificação de soberania e protagonismo regional vinculados ao Cazaquistão contemporâneo.

O primeiro eixo da pesquisa centrou-se, pois, na construção de um arcabouço teórico robusto, pautado na literatura especializada a respeito dos estudos de nacionalismo, seu impacto na política externa dos Estados e sua aplicabilidade empírica para o caso do Cazaquistão. Haverão de ser mobilizadas, entre outras, as contribuições de Benedict Anderson (1983), Alexander Wendt (1992), Ernest Gellner (1983) e Anthony Smith (1986), Ivan Svanberg e Marlene Laurelle. Tais autores, instrumentalizados, permitirão desenvolver-se lentes de análise que haverão de instrumentalizar o segundo eixo teórico-conceitual desenvolvido neste projeto.

O segundo eixo dedica-se à uma aplicação empírica do nacionalismo especulado e teorizado no eixo anterior, notadamente através dos discursos. Utiliza-se o arcabouço teórico para interpretar termos e construções retóricas em caráter semântico e ideacional, discernindo as dimensões de identidade e soberania e articulando-os à formulação de sua política externa no recorte temporal analisado. Pauta-se, deste modo, na utilização de fontes primárias — abrangendo documentos oficiais, discursos presidenciais e entrevistas públicas — enquanto respaldo empírico que valida e/ou corrobora às hipóteses estipuladas, com atenção especial às relações com Moscou e ao contexto pós-2022.

Destarte, o principal eixo metodológico se dedica a contemplar e aprofundar o escopo definido pelo primeiro objetivo da pesquisa, concentrando-se na conceitualização do fenômeno nacionalista sob um viés acadêmico e teórico, com ênfase em sua instrumentalização a fim de mapear o emprego do nacionalismo na política externa. O segundo eixo, por sua vez, direciona-se à análise do conteúdo de dados fragmentos discursivos previstos no objetivo derradeiro, utilizando-se do arcabouço conceitual previamente estabelecido para depreender o nacionalismo cazaque. A inferência resultante valer-se-á desse arcabouço como instrumento de validação empírica, identificando termos-chave e construções retóricas e semânticas pertinentes, cuja ocorrência e significado

serão interpretados à luz da literatura especializada, permitindo compreender a articulação entre nacionalismo, soberania e estratégias de política externa no Cazaquistão contemporâneo.

Concebe-se a análise do conteúdo discursivo seção enquanto fragmento empírico em que verificar-se-á a incidência do discurso nacionalista mediante o conflito-russo ucraniano, centrando-se na relação entre o Estado cazaquistanês e a Federação Russa. O ferramental analítico postulado pelas teorias do nacionalismo, quando inserido na história cazaque, buscará identificar eventos que desencadearam uma postura nacionalista em Astana para sua política exetrna em relação a Moscou. Utilizar-se-á pesquisa bibliográfica concernente, devidamente contextualizada em termos históricos e institucionais. Assim sendo, estabelece-se-á um panorama cronológico dos eventos concomitantes ao desenrolar da guerra, sob perspectiva do governo de Astana. Conforme o arcabouço teórico de nacionalismo, política externa e história do Cazaquistão levantados neste trabalho, elucidar-se-á trechos de discursos presidenciais e burocratas a ele correlatos a fim de corroborar às hipóteses da influência do nacionalismo doméstico nas decisões de política externa.

Ressalta-se que a decisão de cunho metodológico em privilegiar os discursos, declarações e respostas institucionais vinculados à figura do presidente Kassym-Jomart Tokayev são respaldo da própria idiossincrasia verticalizada em que a política externa é disposta no país. A condução da política externa do Cazaquistão encontra-se fortemente centralizada na figura presidencial, conforme previsto no decreto que ratificou o *Concept of the Foreign Policy of the Republic of Kazakhstan for 2020–2030* (Kazakhstan, 2020). Em conformidade com a Constituição de 1995, cabe ao Presidente “determinar a majoritariedade das diretrizes temáticas e representativas da política externa do país” (Kazakhstan, 2020, p.11-12), ao passo que o Ministério das Relações Exteriores pode ser considerado enquanto instância de caráter executor, operacionalizando as decisões que derivam do ímpeto presidencial à medida que são por ela compostas.

2 NAÇÕES E NACIONALISMO

2.1 Nacionalismo Clássico

A conceituação do fenômeno do nacionalismo fez-se progressivamente marcada por um viés notadamente debatível, havendo pouquíssimos ou quaisquer consensos quanto à sua

natureza. Apesar da análise historiográfica frequentemente concebê-lo como paradigma intrínseco à proposição do Estado-nação europeu no Século XIX, como premissa inerente à sua existência enquanto entidade política, a percepção intersubjetiva da multiplicidade de conceitos e definições atribuídos à Nação é tão antiga quanto imemorial (Santos, 2018). Segundo o autor, o ideal nacionalista constitui o elo fundamental entre a práxis política arbitrada pelos Estados e as percepções identitárias intersubjetivas. Apesar de notável noutros períodos, emerge enquanto fator decisivo na experiência histórica a partir dos movimentos políticos de cunho liberal que perpassaram o continente europeu a partir do Século XVII. Uma vez que grande parte desses movimentos foram propulsionados por ideologias de caráter etnocêntrico, versadas na autodeterminação de seus respectivos povos, paulatinamente culminaram em esforços de enquadrar o nacionalismo sob as lentes acadêmicas através da busca de sua apreensão (Santos, 2018).

Liah Greenfeld (1993), ao traçar um panorama historiográfico do emprego do termo “nação”, verifica uma metamorfose progressiva no seu significado ao longo da história. A palavra foi utilizada para referir múltiplos vieses previamente à sua acepção contemporânea, passando desde um termo referente a povos de origens distintas à cultura helênica e latina, palavra concernente às origens eclesiásticas do medievo, à sua acepção de “povo”— no sentido de coletividades unidas por uma identidade comum — pioneiramente empregada pelos ingleses no Século XVI. Greenfeld instrumentaliza, pois, este caráter volátil e progressivo do termo para propor a concepção de nação também sob um viés identitário, visto jazer na interseccionalidade entre as identidades individual e coletiva, exógena e endógena às comunidades.

Depreendido enquanto variável marginal durante grande parte da história da filosofia política e academias correlatas, o Nacionalismo engloba uma multiplicidade de concepções e definições divergentes do enquanto objeto ontológico. Umut Özkirimli, em *Theories of Nationalism: A Critical Introduction* (2010), produz um robusto esforço contemporâneo de mapear as teorias do nacionalismo considerando sua progressão temporal, ressaltando o caráter secundário atribuído ao Nacionalismo enquanto objeto de estudo autônomo no contexto acadêmico prévio ao Século XX. Concebe, entretanto, a origem do pensamento nacional como produto do Iluminismo, proposição que ecoa um academicismo historiográfico que investiga os processos que desencadearam o nacionalismo como movimento político *de facto*. O autor turco postula que as noções de moral universalizante e epistemologia dual

veiculadas na obra de Kant, aliadas à premissa de autodeterminação da vontade geral postulada por Rousseau, fizeram-se núcleos embrionários do Romantismo Alemão. Deste modo, tal movimento engendrou uma mobilização progressiva entre as elites academicistas alemãs em prol da unificação de sua concebida nação num Estado-nacional soberano. O nacionalismo ‘romântico’, como movimento intelectual, foi propulsionado pela efervescência cultural liderada pela Revolução Francesa, e amplamente calcado na premissa difusiva dos valores liberais e a autodeterminação como valor último.

Anthony Smith (2000), ao propor seu próprio panorama histórico da teorização associada ao nacionalismo, reitera o papel dos movimentos românticos. Não obstante, localiza como locus (propriamente) acadêmico e pioneiro o amplo esforço de compreensão das ideologias nacionalistas verificadas na década de 1920, notadamente por Carlton Hayes e Hans Kohn. Segundo o sociólogo britânico, a obra de Hayes foi pioneira na adoção de um método ligeiramente neutro na tipificação das ideologias nacionalistas, que o autor concebe como demasiadas abstratas e ‘puras’ em termos de manifestação concreta no plano histórico (Smith, 2000, p. 192). Ainda que conceba o modelo teórico de Haynes como primitivo, Smith atribui à categorização de seu contemporâneo Hans Kohn um teor relativamente mais sofisticado, uma vez que considera as clivagens socioculturais dos modelos eurocêntricos até então propostos em comparação ao mundo oriental.

O escopo da obra de Özkirimli (2010), para além de traçar as origens supracitadas do Nacionalismo enquanto campo de estudo acadêmico, igualmente debruça-se de maneira sistemática a respeito das principais abordagens teóricas sobre o nacionalismo, instrumentalizando o desenrolar histórico das tradições intelectuais europeias em prol da reflexão metodológica e política sobre o estatuto do conceito de nacionalismo. Sua peculiaridade jaz em transcender um mero mapeamento pedagógico das escolas e proposições clássicas, visto dispor-se a concebê-las em analítica prudência epistemológica perante as narrativas totalizantes delas associadas. Ao enunciar as correntes epistemológicas que pautaram o campo, Özkirimli discerne e escrutina, sob viés crítico, a pluralidade de concepções e modelos teóricos propostos por acadêmicos heurísticos do nacionalismo.

A primeira das abordagens ao nacionalismo analisadas em *Theories of Nationalism: A Critical Introduction* (Özkirimli, 2010) refere-se às concepções “primordialistas”, que tratam a nação como dado antropológico — laços étnicos de sangue, língua e cultura— provenientes

de um caráter tido como inato à comunidade. Concebendo-o enquanto mais “antiga” e intuitiva das abordagens, o primordialismo alicerça-se na premissa de que as nações são realidades dadas, genéticas e naturalmente fundamentadas. Fundamentado nos preceitos históricos da elite intelectualizada europeia, o romantismo associado à ideia de autodeterminação de uma dada etnia ou povo prova-se, sob o ponto de vista do autor, notadamente excludente aos entes não-nacionais (de outras etnias e povos). No âmago de tal corrente, distinguem-se duas variantes fundamentais: a biológica, essencialmente etnocêntrica, que vê identidades nacionais como extensões de vínculos genéticos; e a culturalista, que enfatiza tradições e memórias partilhadas como base inalterável da comunidade. O autor exemplifica-os, pois, com o supracitado Romantismo Alemão do século XVIII, uma das manifestações embrionárias da concepção etnocêntrica dos primordialistas.

A crítica de Özkirimli faz-se incisiva ao ressaltar que, embora útil para explicar o teor passional expresso na mobilização nacional, o primordialismo ancora-se num essencialismo que obscurece a natureza mutável e politicamente construída das identidades. Apesar de reconhecer a contribuição explanatória inerente a perspectiva de pertencimento, o autor turco rejeita veementemente sua tendência a essencializar identidades e a naturalizar conflitos conforme preceitos étnicos, desvinculados do lócus sócio-histórico de análise, volátil em sua essência. Desta premissa deriva-se, em presumível constatação, uma retórica política xenófoba e excludente às populações tidas como *não-nacionais* — comumente instrumentalizada quando líderes políticos instrumentalizam a ideia de “comunidade natural” a fim de justificar atos de violência e higienismo étnico.

Özkirimli examina, sequencialmente, os alcunhados de “modernistas” (tal como Gellner, Greenfield e Anderson), cuja distintividade reluz no elo teórico-conceitual que estabelecem entre a emergência das nações e as transformações da modernidade capitalista: industrialização e desenvolvimento econômico; centralização e legitimação do Estado; alfabetização massiva e base socioeconómica de uma estratificação em classes. Özkirimli reconhece o poder heurístico dessas teorias para explicar o sincronismo entre Estado e estandardização sócio-cultural, mas critica a sua inclinação positivista de postular a modernização como causa necessária e única à emergência do nacionalismo — o que, ao seu

ver, empobrece a análise dos percursos históricos heterogêneos, sociedades de cunho não-ocidental e tradicionalismos continuados que resistiram aos processos modernos.

Tratando-se, pois, de teóricos modernistas, nota-se que há uma vasta e extensa literatura que insere o nacionalismo nas modificações estruturais que pautaram a história das sociedades humanas. Em “*Comunidades Imaginadas*” (1983), obra clássica e imprescindível para os estudos de Nacionalismo, Anderson define, investiga, e infere a respeito da natureza do nacionalismo, partindo-se de uma extensa análise investigativa no tocante às suas origens e precedentes históricos. O livro debruça-se sobre as fundamentações sócio-históricas do nacionalismo, utilizando do escopo do material em tom ligeiramente cronológico para apreender a premissa conceitual do campo. A definição de Anderson almeja discerni-lo em um processo comparativo de dadas similaridades entre experiências sócio-históricas, traçando-se uma linearidade que justapõe-se às transformações estruturais da Europa Ocidental: disseminação do cristianismo, imprensa móvel, revoluções protestantes, acúmulo capitalista e industrialização massiva.

Segundo Anderson (1983), a nação apreende-se enquanto “comunidade política imaginada, concebida como sendo ao mesmo tempo intrinsecamente limitada e soberana” (Anderson, 1983, p. 27). O conceito manifesta-se sob a premissa de haver um nítido aspecto contingente em atribuir laços comunitários a uma dada população, havendo uma diferenciação entre os entes sociais endógenos e exógenos e urgindo-se, pois, a mobilização de forças políticas em nome dela. Figurando enquanto um dos autores contemporâneos cuja obra e teoria do nacionalismo faz-se constantemente referenciada e revisitada, tal concepção de Benedict Anderson enquadra o nacionalismo sob viés instrumental, à medida que posiciona-o enquanto força motriz da percepção coletiva de comunidade imaginada. Tais elementos discursivos contingentes, destarte, são instrumentalizados em prol da mobilização política.

Jazendo igualmente como um dos autores expoentes da concepção modernista dos estudos de nacionalismo, Ernest Gellner propõe reflexões consideravelmente singulares ao campo, visto relacioná-lo diretamente com os fenômenos materialistas da sociedade industrial moderna. Tal intersecção entre estratificação social, desenvolvimento econômico e nacionalismo faz-se elemento central na sua obra-magna, “*Nações e Nacionalismo*” (1983), cuja premissa basilar refuta a tese que o nacionalismo sempre *antecede* a nação — especial no

que tange à sua forma manifestada no Estado-nacional— sendo, geralmente, um mecanismo *posterior* de legitimação do Estado-nação, delimitando os valores e identidades que serão instrumentalizados como motor veicular ao desenvolvimento econômico e estratificação social.

A sua definição do nacionalismo, conforme a premissa supracitada, sintetiza magistralmente sua linha argumentativa modernista. Para Gellner, o nacionalismo jaz enquanto “princípio político que sustenta a congruência entre as unidades política e nacional” (Gellner, 1983, p.14). Verifica-se, pois, que o fulcro conceitual da definição de Gellner infere a conceituação do nacionalismo enquanto fenômeno de caráter intrinsecamente político. A disruptividade da tese de Gellner reflete, para além do caráter positivista de seu pensamento, a doutrina modernista elencada por Özkirimli, que concebe o nacionalismo como agente suscetível a duplamente influenciar e ser influenciado pelas mudanças estruturais provocadas por fenômenos históricos e sociais.

Levando-se em consideração a multiplicidade e abrangência de culturas e sociedades humanas, não haveria como discernir-se, sob o viés analítico de Greenfeld, critérios ou aspectos nominalmente estruturantes para defini-la, uma vez que a nação jaz enquanto elemento identitário e seus componentes são atribuídos mediante a experiência intersubjetiva. O argumento da autora postula, entretanto, o caráter catalisador do nacionalismo enquanto advento da modernidade, em especial na formação dos Estados-nacionais europeus. Não obstante, ela não o concebe estritamente sob o viés racionalista e positivista dos autores supracitados, especialmente Gellner, argumento evidenciado pela própria estruturação do escopo da obra, que parte de cinco Estados distintos, cujo nacionalismo resplandece significados e identidades distintas, fruto de percursos históricos notadamente divergentes.

A crítica em relação à premissa modernista de inserção do nacionalismo enquanto aparato de advento e sustento dos Estados também faz-se comedidamente rejeitada pela abordagem do etno-simbolismo, corrente epistemológica à qual Özkirimli se debruçou subsequentemente em seu mapeamento. O arcabouço analítico de Özkirimli propõe, assim, um ponto de convergência, ao posicionar a vertente etnosimbolista em oposição tanto ao determinismo biológico do primordialismo quanto à ruptura radical do modernismo, concomitantemente angariando elementos de ambos.

A premissa do etnosimbolismo, notadamente delineada na obra de Anthony Smith no escopo da obra *The Ethnic Origins of Nations* (1986), refuta tanto o pragmatismo historicista

dos modernistas quanto a reificação da autodeterminação étnica própria dos primordialistas, partindo da premissa basilar que símbolos e narrativas históricas agem e instrumentalizam-se enquanto recurso político — e não são somente meros espólios culturais. Não obstante, Smith faz-se cauteloso ao delinejar, na premissa de reificação do passado, o limiar analítico entre os eventos factuais e as narrativas históricas deles decorrentes, visto o ideal nacionalista frequentemente concebê-las enquanto instrumento de legitimidade histórica, correndo-se o risco de tomar mitos como realidades objetivas e, assim, fornecer ferramentas simbólicas para justificar-se a violência e exclusão.

O etnosimbolismo de Anthony D. Smith apresenta-se, pois, como linha argumentativa que almeja reestruturar a visão essencialmente atrelada ao presente, própria dos teóricos modernistas, reincorporando a dimensão histórica e cultural da identidade nacional. Smith (1986) argumenta que as nações modernas de fato podem basear-se em *ethnies* (etnias) preexistentes, tais como comunidades históricas dotadas de mitos, memória e valores conjuntos. O caráter subversivo de seu argumento encontra-se na sobreposição da ontologia do Estado territorial e suas premissas derivadas — cidadania e institucionalismo — em relação à narrativa simbólica e memorial, que almeja tornar-lhe legítimo.

Noutras palavras, por mais que a constituição dos cidadãos por vias institucionais seja imprescindível à legitimidade estatal, esta só se logra quando encontra ressonância em significados e símbolos (factuais ou construídos) já comunicáveis às massas, razão pela qual propõe que a esfera civil dos Estados-nacionais dependa de uma linguagem comum, escolarização de massa e um arcabouço narrativo de memórias compartilhadas. O nacional faz-se, deste modo, indissociável do étnico — uma vez que condiciona-se sob a forma de mitos, memórias, valores e símbolos preteritamente vinculantes ou reconstruíveis; e igualmente inseparável do cívico, uma vez que demanda cidadania, institucionalidade comum e comunicação padronizada (Smith, 1986, p.200-208).

Smith (2000) é, portanto, austero crítico da depreensão do nacionalismo — tanto em sua mobilização histórica quanto no escrutínio acadêmico — enquanto abstração ideacional cujo alicerce fundamental não se manifesta em nenhum fenômeno inato, tácito ou aparente no tecido da realidade, jazendo enquanto ideologia artificialmente construída e sustentada por intelectuais e instituições que a instrumentalizam para fins políticos. Autores expoentes dos estudos de nacionalismo, mencionados neste levantamento, tais como Umut Özkirimli (2010), Benedict Anderson (1983) e Liah Greenfeld (1992), reiteram-no ao discernir o nacionalismo

como um conceito nominalmente subjetivo e circunscrito a múltiplas manifestações sócio-históricas e culturais, essencialmente distintas, improváveis de serem plenamente definidas em critérios objetivos e generalizações doutrinárias. O conceito de nacionalismo é, portanto, tão variável quanto subjetivo, atrelando-se essencialmente às cosmovisões e aos valores dos teóricos, cuja obra, circunscrita à premissa sociocultural, busca depreendê-lo.

2.2 Nacionalismo Periférico

Nesta subseção, buscar-se-á dialogar com a bibliografia que concerne ao nacionalismo pós-colonial, terceiro-mundista e periférico. Ainda que o Cazaquistão não esteja formalmente incluído nestas tipificações em caráter unânime na literatura especializada da política internacional, considera-se nesta pesquisa sua circunstância de Estado-nação, qual seja, produto de um duradouro processo histórico de colonização e imposição de valores sócio-culturais exógenos às suas comunidades. Conforme postula Jorge Roux, numa análise de cunho marxista do pensamento nacionalista de Álvaro Vieira Pinto, o aspecto do colonialismo faz-se particularmente pertinente na ontologia nacionalista, uma vez que expressa um ponto de vista por vezes antagônico ao núcleo epistêmico clássico e eurocêntrico. Deste modo, faz-se necessário compreendê-lo também sob vieses epistemológicos que não refletem um pensamento estritamente eurocêntrico, à medida que as perspectivas pós-coloniais induzem a questionamentos fundamentais dos modelos teóricos supracitados mediante suas vivências periféricas.

Mohammed (2024), ao traçar um panorama histórico da trajetória que comprehende a teorização do nacionalismo entre os Séculos XIX e XXI, reitera o argumento supramencionado de Anderson — inicia, deste modo, seu esforço analítico apontando o caráter responsivo do nacionalismo enquanto mecanismo de aquisição de soberania e autodeterminação de um povo. O autor indonésio argumenta como tal discurso foi paulatinamente sendo lapidado em prol da unificação de Estados europeus (Itália e Alemanha) no século novecentista, embalsamado pelos ideais individualistas e fraternais expressos na Revolução Francesa e reiterados pelas associadas revoluções napoleônicas. O autor discerne como tal ideologia de nacionalismo, vinculado à ideia do Estado-nação, fazia-se já institucionalizada no Século XX, inevitavelmente difundindo-se à medida que o colonialismo europeu alastrava-se aos confins do planeta. O autor constata, por fim, o profundo impacto que a adoção do conceito engendrou na formação de identidades nacionais e na geração dos

dilemas contemporâneos, tornando a geopolítica do Século XXI indissociável das identidades nacionais e nacionalismos conexos (Mohammed, 2024; p. 18).

Anthony Smith critica o eurocentrismo presente na teorização clássica do nacionalismo, à medida que indaga a respeito das condicionalidades societais que propulsionam uma delimitação teórica do campo. Conforme ressalta o autor, reiterado posteriormente pelo argumento supracitado de Mohammed, a compreensão sócio-histórica do nacionalismo, tal em seus moldes clássicos, inseriu-se num cenário de escala diminuta— de abrangência deveras específica— do continente, história e sociedades europeias. Smith prossegue constatando como a depreensão do nacionalismo em seu delineio teórico-conceitual de matriz européia difundiu-se às colônias da América, África e Ásia através da assimilação de valores e ideais ocidentais por parte das elites intelectualizadas dos territórios colonizados — havendo, portanto, a construção do nacionalismo pós-colonial como fenômeno ‘auto-impulsionado’ pelo colonialismo (Smith, 2000, p.186).

O processo histórico de enquadramento teórico e epistemológico do nacionalismo faz-se profundamente rechaçado por autores decoloniais, cuja proposição de um eurocentrismo inerente ao essencialismo nacionalista da academia europeia pauta sua posição de discordância. Partha Chatterjee, em seu ensaio *‘Whose Imagined Community?’* (1993), desconstroi sistematicamente tais preceitos etnocêntricos em que foi estipulada a linha do tempo supracitada — alegando as nítidas condicionalidades sócio-culturais europeias que possibilitaram e sustentaram o ideal nacionalista conforme os moldes comumente estipulados à sua acepção modernista. Segundo Chatterjee (1993), para o caso de sociedades e Estados pós-coloniais do continente asiático, tal como circunscrito pelo locus de análise indiano da obra em questão, jaz uma dicotomização entre a “esfera material” manifesta em instituições notadamente eurocêntricas — Estado, ciência, economia, indústria — e a esfera espiritual, circunscritos nessa a cultura, a religião e a moral (Chatterjee, 1993, p. 9-11).

A argumentação de Chatterjee evoca dicotomias expressas e deliberadamente diluídas nas proposições arguidas e indagadas na obra de Ernest Gellner — famigerado por sua obra que propõe intersecções fundamentais entre os estudos do nacionalismo e as desigualdades inerentes à sociedade industrial contemporânea. Gellner (1974) transcende os binarismos inerentes à presunção da retenção de tradicionalismos enquanto detentores fundamentais do ideal nacional, posicionando-os em um caráter secundário à medida que o desenvolvimento socioeconômico acentua-se. Chatterjee, por outro lado, conceitua tais proposições como

inerentes a um processo arbitrário e impositivo de noções de progresso violentamente difundido pelo colonialismo.

Chatterjee, na obra primaz do nacionalismo em perspectiva pós-colonial, *The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories* (1993), refuta com veemência a concebida universalidade dos modelos de nacionalismo derivados da teorização europeia. Identifica, pois, a dicotomia basilar do mundo pós-colonial: ao mesmo tempo em que busca-se emular instituições modernas e ocidentais, persiste o ímpeto de preservar suas culturas e tradições ante à ocidentalização historicamente imposta. Evocando os preceitos supra-argumentados do pensamento de Smith (2000), Chatterjee, ao examinar a retórica da elite nacionalista do Sul da Ásia, ilustra o limiar tênue entre as iconografias do passado heróico e memória simbólica e as narrativas nacionais que se dispusessem a evocar modernização, ainda que enraizadas em particularidades culturais. Tal concepção, embora geolocalizada, ecoa num paradigma de desenvolvimento que comporta grande parte das sociedades asiáticas contemporâneas.

Destarte, sintetiza-se o previamente exposto no amplamente referenciado argumento de Elie Kedourie, em sua obra *Nationalism in Africa and Asia* (1970). Nas colônias asiáticas, a dicotomia se expressa na retenção dos tradicionalismos inerentes a vínculos comunitários e hierarquias religiosas, de um lado, e na construção intelectual nacionalista, de outro, e sua retórica centralizadora manifesta-se na força que reconfigura as categorias de legitimidade política, impondo a ideia de soberania popular, autodeterminação e centralidade do Estado-nação como unidade basilar da vivência coletiva. Ver-se-á no capítulo subsequente que tal linha argumentativa assume um papel fulcral na depreensão do nacionalismo cazaque contemporâneo, jazendo mesmo enquanto ferramenta de análise, quando considera-se a colonização russa e destituição da estratificação social tipicamente tribal do nomadismo em prol de uma cosmovisão racionalista fundamentada, ainda que ligeiramente, na tradição ocidental.

2.3 Intersecções entre Nacionalismo e Política Externa

Foram propostos alguns pontos de vista concernentes à natureza conceitual do nacionalismo nas subseções anteriores, algumas comedidamente convergentes ao passo que outras, notadamente divergentes. Não obstante, a fim de realizar-se uma investigação sistemática a respeito do nacionalismo na política externa cazaque, faz-se necessário também

scrutinar o elo conceitual entre nacionalismo e política externa. Assim sendo, ilustrar-se-á como teóricos da política internacional discernem a incidência do nacionalismo na análise de política externa.

Morin e Paquin (2018, p. 255), ao propor uma análise de política externa que contemple o papel desempenhado pelos aspectos culturais nas inferências analíticas, assevera o movimento construtivista como catálise do ressurgimento da dimensão cultural enquanto elemento de política externa. Os autores retomam o paradigma construtivista de formação de identidades mediante interação entre agentes, assim como a percepção relacional derivada, a fim de sustentar a proposição de que a política externa, acima de tudo, confere identidades nacionais aos Estados — essa percebida pelos demais agentes sobre múltiplos vieses, à medida que o padrão de interações do Sistema Internacional é heterogêneo. Opta-se, destarte, por utilizar-se do arcabouço teórico-conceitual construtivista a fim de explanar a correlação intrínseca entre nacionalismo e Política Externa, utilizando-se, pois, do argumento construtivista proposto por Alexander Wendt na obra *'Social Theory of International Politics'* (1993).

Embora não empregue menções diretas aos estudos nacionalistas, Wendt debruça-se numa reflexão axial no que tange ao papel das ideias e identidades coletivas na formulação de políticas de Estado. Calca-se, deste modo, na premissa de padrões de interação entre sujeitos e/ou instituições enquanto mecanismo legitimador da construção de identidades — havendo o discurso desempenhado um papel intrínseco ao estabelecimento dessas. Instrumentalizando seu intrincado argumento construtivista, tem-se que o nacionalismo far-se-ia discernível enquanto um artifício identitário dos Estados, manifesto numa forma contingente e socialmente construída de adaptar-se às exigências de reconhecimento, segurança e soberania próprias da evolução do Sistema Internacional (Wendt, 1999, p. 363).

Erbas (2022), por sua vez, segmenta e afunila o pensamento de Wendt, discorrendo a respeito do papel da abordagem construtivista como ferramenta analítica para o contexto das relações internacionais e política externa. Reitera, neste modo, o construtivismo enquanto uma doutrina teórica que enfatiza os processos de interação sociais, entre agentes e estrutura, na consolidação das identidades — e, portanto, na auto-percepção de interesses pelos Estados. Erbas argumenta que a identidade faz-se um elemento crucial na formulação das prioridades de política externa de um Estado, uma vez que induz a uma auto-percepção do ator estatal a

respeito do escopo prático em que se insere, mensurando e filtrando suas possibilidades de ação mediante seus elementos constitutivos. Neste caso, por exemplo, a formação sócio-histórica que origina o Estado poderia ser depreendida enquanto variável fundamental para entender-se a identidade desse, e portanto seu escopo de inserção.

Conforme reiteram os argumentos supracitados, Abdelal, Herrera, Johnston e McDermott (2006) delegam às identidades das coletividades étnicas e/ou nacionais, quando manifestadas na figura do Estado, o caráter de construções sociais. Tal tipificação relaciona-se intrinsecamente à prática do discurso – definido por eles como uma coleção de práticas e interações que engendram sentido mediante a atribuição de finalidade. Tal como ver-se-á adiante, a análise do viés nacionalista a ser instrumentalizado na política externa cazaque concerne à noção construtivista de que as identidades nacionais, reforçadas pelos seus respectivos nacionalismos, refletem interesses objetivos, cuja práticas discursivas incidem diretamente sobre as ações políticas e os alinhamentos próprios do jogo de poder propulsor do Sistema Internacional.

3 NACIONALISMO CAZIQUE

3.1 Formação histórica da identidade nacional

Diacronicamente pautadas num contexto nômade, as estepes cazaques fizeram-se terreno para muitas conquistas imperiais de povos da região central do continente asiático. Posteriormente à ocupação mongol, o território do atual Estado viu-se fragmentado por múltiplas Hordas — conceito que vincula-se a arranjos de tribos e clãs mongois-turcomanos de cunho notadamente nômade (Ó Beacháin; Kevlihan, 2011, p. 2). O Canato Cazaque (1465-1848), instrumentalizado pelo nacionalismo simbólico pós-soviético como um proto-Estado que evoca a unidade étnica cazaque em configuração política pioneira (Fischer, 1989, p. 12–21), coexistira com demais impérios antes de ter sido dissolvido por conquistadores russos, cuja posterior colonização proveu um gradual obscurecimento da identidade nacional cazaque durante os dois séculos de domínio, à medida que a ingerência

imperial do Kremlin propunha uma desinstitucionalização do nomadismo e valores tribais presentes na região (Teğin, 2024).

Teğin (2024) argumenta que o processo de colonização deu-se sob múltiplas fases, fazendo-se instrumentalizado inicialmente pela capitalização das terras (1826-1919) e um progressivo desmantelamento das instituições sociais de cunho nômade que compunham a região. Segundo o autor, a migração de russos e demais povos eslavos para as estepes cazaques partiu de motivações distintas: sejam dívidas das tribos autóctones para o Czar; clivagens sociais inerentes à abolição da servidão russa, assim como busca por terras outorgada pelo Czarismo. Constatando, deste modo, que o processo de imposição das instituições e oficiais imperiais proveram um aumento massivo da população eslava na região.

A colonização russa progressivamente engendrou uma migração maciça de populações eslavas ao território do atual Cazaquistão — mesmo após a delimitação territorial da nação ter sido ratificada em 1936, sob desígnios do regime soviético, à época da criação da República Socialista Cazaque. Conforme discerne Sabol (1995), a institucionalização da Ásia Central, enquanto parte integrante do regime soviético, remonta à engenharia nacional conduzida por Moscou entre 1920 e 1924. A ideologia do Grande Chauvinismo Russo, postulada por Vladimir Lênin, forjou-se no fundamento da autodeterminação nacional. Contudo, ao inserir-se numa inicial pretensão bolchevique de garantir algum grau de autonomia às possessões centro-asiáticas herdadas da Ásia Central, provou-se pouco duradoura à medida que movimentos secessionistas eclodiram no território, a exemplo da Autonomia Alash — entidade política insurgente que aflorou no atual território cazaque em 1917.

Sabol (1995) e Tegin (2024) convergem suas respectivas argumentações ao constatarem que a centralização de matriz personalista a qual fora gerida a União Soviética sob a chefia de Josef Stalin (1922-1953) institucionalizou práticas que deliberadamente mitigaram a autonomia política e autodeterminação étnica das repúblicas soviéticas centro-asiáticas, à medida que predominou à época a política estatal de “dividir para conquistar” (Sabol, 1995, p.231-233). Assim sendo, delinearam-se as fronteiras nacionais em caráter propositalmente incongruente, a fim de dissuadir movimentos étnicos contingentes

(1995), concomitante a práticas de sedentarização forçada de tribos nômades, oriundas da política de coletivização (2024).

Svanberg (1994) assevera que o período após a Segunda Guerra Mundial compreendeu um esforço massivo dos Estado soviético em encorajar cidadãos russos à migração e colonização, compondo a alcunhada campanha das “Terras Virgens” endossada por Nikita Kruschev. O relatório da CIA, intitulado “*USSR: Demographic Trends and Ethnic Balance in the Non-Russian Republics*” (1990), apesar de ligeiramente enviesado às finalidades políticas características a seu período histórico, propõe que tais desequilíbrios demográficos fizeram-se fruto de uma política afirmativa da Moscou soviética para com suas herdadas possessões coloniais, atribuindo-a um nítido mecanismo de russificação forçada.

Sabol (1995) discorre a respeito da política de autodeterminação proletária soviética, apontando-a como fruto de um nítido discurso de dominação, visto referir-se essencialmente aos proletários russos que migravam à região, tal como populações étnicas terceiras em processo de realocação forçada, em detrimento dos nativos que ali constituíam instituições nômades (Sabol, 1995, p.229). Ao mapear quantitativamente os deslocamentos e desequilíbrios étnicos da União Soviética, Obidiakov (1999) reitera o supracitado, partindo da constatação que a política de deportações soviéticas fez do Cazaquistão um dos principais espaços de reassentamento forçado de demais grupos étnicos dispersos no vasto território, notadamente caucasianos e povos do Leste-europeu.

O Censo Soviético de 1959, por sua vez, atesta uma progressiva “indigenização” (Ó Beacháin; Kevlin, 2011) da população etnicamente cazaque na República Socialista Soviética do Cazaquistão, inferindo que apenas 30,0% da população total pertencia à etnia cazaque, em contraposição aos 42,7% de russos. Arquivos históricos dos censos soviéticos (2002), ratificando o supracitado, apontam que há discrepâncias consideráveis no percentual da população cazaque entre os primórdios, do período soviético: em 1926, os cazaques representavam 58,5% da população da República — contrastando-se fortemente à queda desse percentual para para 30,0% em 1959.

Nota-se, portanto, que o discurso nacionalista cazaque emerge em um progressivo cenário de apagamento dos valores, tradições e populações nômades que compunham a etnia

cazaque previamente aos séculos de colonização russa. O nacionalismo etnicamente cazaque faz-se indissociável, deste modo, de uma retórica de ora resistência, ora conciliação, mediante a ingerência de Moscou nas esferas política, econômica e social das estepes — evocando uma constante reificação do ideal étnico enquanto mecanismo de afirmação nacional.

3.2 Retórica identitária e políticas nacionalizantes

Última das Repúblicas Soviéticas a declarar independência, o processo emancipatório do Cazaquistão e sua institucionalização enquanto Estado soberano deram-se mediante consideráveis dilemas étnicos, cujo caráter identitário foi herdado dos mecanismos de territorialização do Estado predecessor. Conforme ilustrado por Svanberg (1994), no escopo do artigo *In search of a Kazakhstani identity* (1994), o processo de construção de um Estado cazaque foi indissociável do emprego do discurso nacionalista por parte de suas elites dirigentes, à medida que esse fez-se necessário para a delimitação de uma identidade nacional que ratificasse a legitimidade institucional do Estado pós-emanacipado. Svanberg, ao argumentar sobre a construção do nacionalismo no recém-emancipado Estado, aponta a hegemonia das elites cazaques na gerência do Estado contemporâneo como fruto de uma relação intrínseca e constante entre essas elites e os colonizadores russos no plano histórico (Svanberg, 1994, p. 115).

Ó Beacháin e Kevlihan (2011) utilizam-se de um extenso arcabouço historiográfico e teórico-conceitual para delimitar e explanar a manifestação do nacionalismo cazaque enquanto fenômeno crucial à existência da República do Cazaquistão contemporânea. Levanta-se o processo de *state-building* como produto de uma retórica nacionalista dual, uma vez que o Cazaquistão comporta particularidades sócio-históricas que notadamente obscurecem um senso patriótico estritamente etno-cazaque. Há, pois, uma indissociabilidade inerente à tradição imperialista russa e a formulação do Estado cazaque moderno. A particularidade do discurso jaz em comportar aspectos tanto de um etnocentrismo precedido pelos cazaques, quanto uma retórica que abrange os cidadãos em sua diversidade étnica.

Ingvar Svanberg, acadêmico do Instituto de Estudos Russos e Eurasianos da Universidade de Uppsala, considera as distinções étnicas como elementos fundamentais para

a compreensão do dilema nacionalista do Cazaquistão contemporâneo. Cabe ressaltar que, embora os cazaques sejam a etnia mais expressiva do país em termos percentuais, há uma multiplicidade de outros grupos étnicos vigentes. Dados da Agência Nacional de Estatísticas do país (2025) ilustram essa composição heterogênea, com percentuais étnicos fragmentados entre Cazaques (71,3%), Russos (14,6%), Uzbeques (3,3%) e Ucranianos (1,8%), dentre outros, na demografia do país.

Ó Beacháin e Kevlin (2011) discorrem a respeito do Cazaquistão e sua constatada tensão étnico-cívica, dado seu caráter multiétnico e dilemas que decorrem da promoção de uma identidade nacional etnocêntrica. O governo, outrora sob a liderança de Nursultan Nazarbayev, manifestou a intenção de promover tanto o nacionalismo étnico, centrado na cultura cazaque, quanto um nacionalismo cívico que abrace a diversidade da população. Contudo, ao levar-se em consideração o histórico de manifestações étnicas e a relação com a Rússia, tem-se que a relação com o Kremlin permanece um aspecto imprescindível à política cazaque. A presença de uma significativa minoria étnica russa engendra uma retórica cautelosa para a formulação de políticas que possam concretizar a identidade cazaque como única narrativa nacional — expressas, por exemplo, na estandardização da língua cazaque enquanto língua do Estado.

Kudai Bergerova (2013), ao discorrer a respeito da construção da identidade étnica cazaque durante e após o período soviético, ilustra o fato histórico de terem sido reescritas muitas narrativas históricas concernentes ao passado cazaque no processo pós-emancipatório dos anos 90, numa busca assertiva de construção de identidade nacional. Entretanto, a autora reforça o proposto por Ó Beacháin e Kevlin, à medida que postula que a narrativização histórica se constrói sob um viés marcadamente híbrido — visto combinar elementos da experiência histórica de resistência ao colonialismo russo (tal como supracitado) conjuntamente a um senso de herança cultural da era soviética.

Ao inferir a respeito do nacionalismo centro-asiático, Rhee e Burkhanov (2018) argumentam que, apesar do conteúdo discursivo adequar-se à agenda estatal e herança cultural de cada uma das cinco repúblicas, diserne-se uma partilhada abordagem top-down em sua implementação — um *ethos* estatal que prioriza a construção da comunidade intersubjetiva resplandecente dos ideais nacionais. Conforme apontam os autores, o processo de construção

nacional faz-se particularmente evidente no Cazaquistão contemporâneo, expressando a dicotomia cívico-étnica do nacionalismo através do aparelho estatal — chegando inclusive a institucionalizá-la, em 2010, na Doutrina de Unidade Nacional.

A Doutrina de Unidade Nacional (2010) constitui um documento normativo que orienta a política da Assembleia dos Povos do Cazaquistão (APK). O documento governamental parte da supracitada constatação de que o país é caracterizado por grande diversidade — 140 etnias e 40 credos convivendo historicamente — e infere que essa pluralidade deve ser gerida mediante instrumentos institucionais a fim de evitar fragmentações e fomentar coesão do ideal valorativo do Estado. O escopo do documento ressalta a necessidade de desenvolver instrumentos estratégicos a fim de obter homogeneidade, tais como o fortalecimento da APK e financiamento de associações étnicas, centros culturais e representação na política formal.

Frisa-se na Doutrina, em caráter de suma pertinência, uma estratégia de política linguística que consagre o status da língua cazaque enquanto idioma de Estado, entretanto sem abandonar o russo como meio de comunicação interétnica. A Doutrina dispõe de metas e princípios no tocante à unidade nacional, via solidariedade cultural, igualdade de direitos, e notadamente a proibição de discriminação e repressão a discursos que ameacem a estabilidade do Estado. Define, deste modo, mecanismos concretos para obter-se a promoção de identidade cívica — em especial os programas educacionais bilíngues e o reconhecimento de patrimônio simbólico comum na “supressão e monitoramento de atividades que incitam ódio e extremismo à etnia e religião”¹.

Rhees e Burkhanov (2018) apontam que este documento foi uma das primeiras iniciativas concretas do governo de Astana em reforçar o caráter *cívico* do nacionalismo do Estado, atribuindo-o caráter multiétnico. Tem-se, portanto, a distinção fundamental entre nacionalismo *cazaque* (étnico) e *cazaquistanês* (cívico). Entretanto, tal como discorrem os autores, tal ímpeto de estandardizar uma identidade nacional sob vieses coesos reforça uma dinâmica autoritária de “supra-etnização” desta mediante os moldes cazaques, mesmo que sob

¹ KAZAKHSTAN. Assembly of the People of Kazakhstan. *National Unity Doctrine*. Astana: Assembly of the People of Kazakhstan, 2008. Disponível em: <https://assembly.kz/en/prochee/national-unity-doctrine>. No documento, afirma-se que “the state must carry out monitoring and suppress activities that incite ethnic or religious hatred and extremism”.

um disfarce cívico (Rhees e Burkhanov, 2018, p. 434). Os autores mencionam que a retórica cívica empregada pela elite cazaque representa um mecanismo tênue de equilíbrio para com as demais minorias étnicas do Estado, notadamente os russos.

O argumento dos autores está respaldado na Doutrina de Unificação Nacional, à medida que verificam-se implícitas práticas clientelísticas para angariar apoio e adesão de instituições religiosas e líderes de comunidades étnicas à narrativa unificadora postulada pelo Estado, essencial para que construa-se um cenário cívico que dilua litígios interétnicos. A normatização central da Doutrina pode ser depreendida a partir da premissa que a paz interétnica há de ser implantada por meio de ações coordenadas e institucionais, e que o reconhecimento simbólico (língua, religião e história cultural) combinado a redes estatais (APK, mídia, escolas) pode ser considerado o caminho mais eficaz para sustentar a coesão. Conclui-se, deste modo, que a Doutrina Nacional contemporaneamente vigente configura uma espécie pós-emancipada de “engenharia nacional” — remontando à própria delimitação nacional soviética, tal como apontam Rhees e Burkhanov (2018) aludindo ao artigo de de Sabol (1995).

Um fator crucial a ser levado em consideração na retórica nacionalista do Cazaquistão diz respeito à própria população etnicamente russa que habita o Norte de seu território. Marlène Laurelle (2019), referência em nacionalismos pós-soviéticos, provém perspectivas particularmente pertinentes, ao elucidar que, a despeito das políticas de inclusão fomentadas pelo nacionalismo cívico cazaquistanês, nota-se a concomitância de diferentes agendas políticas para a região. Propulsionadas por um temor secessionista, durante grande parte da existência do Cazaquistão Contemporâneo, a população etnicamente russa pouco demonstrou o ímpeto de arremeter-se e movimentos separatistas ou integraçãoistas. O discurso nacionalista de caráter cívico inclusivo fomentado pela narrativa estatal, conforme postula Laurelle, nivela uma coexistência contenciosa entre os dois principais grupos étnicos do país.

Entretanto, a autora constata; o mero exercício retórico nacionalista não dissipa a agenda política incidente sobre a dislocação étnica na região. Laurelle postula que houve múltiplas iniciativas do governo cazaque em promover migrações e assentamentos de cazaques na porção norte do país a fim de proceder um “balanceamento étnico” na região, conforme exemplificado em Najibullah (2022). Apesar da autora argumentar que não há

ressalvas nacionalistas nem movimentos expressivos de separatismo entre os russos habitantes da região, por outro lado, houve esforços institucionais do governo de Moscou em repatriar os russos habitantes do país ao Sul. O *National Program for Supporting Voluntary Migration to the Russian Federation of Compatriots Residing Abroad*, programa russo de repatriação de populações etnicamente russas dispersas em demais territórios, fomentou a emigração de mais de 200.000 mil cazaquistas etnicamente russos no período que sucede sua implementação em 2006, impactando diretamente no percentual étnico russo na demografia cazaquistanesa (Laurelle, 2019, p.22).

3.3 Diálogos entre a teoria nacionalista e experiência cazaque

Instrumentalizando-se o referencial teórico elencado no capítulo anterior, nota-se que muitas das proposições arguidas pelos teóricos clássicos do Nacionalismo permitem traçar paralelos para com o movimento de *nation-building* — o nacionalismo retórico — verificado na história do Cazaquistão. A dissertação de mestrado “*Kazakh National Identity (1917–2017)*”, de Antonio Schiavano, figura como uma investigação de cunho historiográfico a respeito do arcabouço de ideias presente na formação, consolidação e transformação da identidade nacional cazaque, mediante uma análise minuciosa de seus meandros e elementos discursivos e conceituais ao longo do Século XX.

A cronologia disposta na investigação resplandece muitas das teorias e escolas teórico-metodológicas supramencionadas, à medida que utiliza-as como ferramental analítico para a compreensão da identidade cazaque, tal como seu desdobramento cívico cazaustanês. O autor elabora seu argumento mediante a instrumentalização do conceito de “nationalizing-state” proposto por Rogers Brubaker (1996), cuja premissa fundamental postula que o Estado-nacionalizante pode ser depreendido enquanto “unidade estatal em que as esferas intelectualizadas de suas elites dirigentes fomentam o senso de pertencimento para com os indivíduos diretamente a ela vinculados”, numa concepção modernista de reforço a uma identidade comum percebida nos elementos institucionais, sociais e econômicos compartilhados (Brubaker, 1996, p.129).

Assim sendo, Schiavano discorre sobre como o processo de construção de uma identidade nacional para o Cazaquistão busca estabelecer uma identidade nacional que comporte um conteúdo cívico (cazaquistanesa) numa forma materialmente supraétnica

(cazaque), alicerçada nas políticas de cooperação interétnica. Tal dicotomia expressa a alcunha consensual para os pesquisadores que debruçam-se sobre os dilemas nacionais Cazaquistão: nacionalismo de abordagem *top-down*. Noutras palavras, a identidade nacional forja-se mediante uma atuação assídua do Estado em reforçá-la nas suas instituições, indo de encontro a concepções de nacionalismo que concebem-o como orgânica e inherentemente à esfera intersubjetiva.

Instrumentalizando o referencial teórico elencado na seção anterior, tem-se que a abordagem top-down do nacionalismo cazaque inevitavelmente institui-se sob vieses expressos da escola modernista dos estudos nacionalistas, notadamente o modelo teórico-conceitual proposto por Ernest Gellner. O nacionalismo top-down cazaque(stanês) é, em sua essência, uma ação política coordenada que faz-se delimitada posteriormente à existência da República do Cazaquistão em si — evocando diretamente a definição proposta por Gellner na obra *Nações e Nacionalismo* (1983). Entretanto, nota-se a incorporação, nos discursos e práticas que reverberam o ideal nacionalista, muitos dos elementos simbólicos postulados por Smith na sua abordagem etnosimbolista. A prática de reconhecimento simbólico e identitário, ainda que limitado e condicional às comunidades étnicas em viés plural, jaz também manifesta na construção de símbolos nacionais que reforçam a soberania do Estado sob viés inclusivo (Aydingün, 2008).

A aplicabilidade empírica do modelo de nacionalismo periférico ao caso cazaque revela-se também pertinente, à medida que explicita as tensões entre modernidade importada e tradição preservada, tal como teorizado por Chatterjee (1993). O Cazaquistão, marcado pelo legado colonial russo-soviético, manifesta em sua trajetória nacionalizante o mesmo dilema entre esfera material e esfera espiritual que Chatterjee identificou no contexto indiano: concilia-se a adoção de instituições políticas e econômicas eurocêntricas como instrumento de legitimação estatal com o resgate seletivo de narrativas históricas, culturais e linguísticas que reafirmam a identidade da etnia cazaque. Reverbera-se na apreensão, conforme o modelo dicotômico de Chatterjee, da faceta cívica enquanto expoente da esfera material; em contrapartida, a faceta étnica pode ser concebida mediante a tipificação da esfera espiritual, tipicamente autóctone e tradicional.

3.4 Síntese teórica e direcionamento empírico

A partir da diversidade de conceituações do nacionalismo expostas nas subseções anteriores, torna-se necessário discernir com maior precisão quais proposições teóricas serão pertinentes ao arcabouço conceitual da análise objetivada. Reitera-se a inexistência de consenso analítico sobre os elementos que constituem a ontologia nacionalista, tampouco sua abrangência enquanto instrumento político ou paradigmização enquanto agente de política externa. Deste modo, a presente subseção tem como objetivo reforçar o instrumental teórico a ser ministrado na análise do caso cazaque, estabelecendo uma ponte entre a discussão conceitual e a investigação empírica.

Assim sendo, ao integrar as contribuições do etnosimbolismo, do modernismo e da abordagem pós-colonial, torna-se possível compreender o nacionalismo cazaque como um fenômeno que simultaneamente resgata tradições históricas e se adapta às transformações institucionais que as condições estruturais do plano histórico suscitarão. A leitura modernista de Gellner, a perspectiva etnosimbolista de Smith e o modelo de nacionalismo periférico formulado por Chatterjee— todos fornecem perspectivas pertinentes para analisar a convivência entre uma matriz etnocêntrica e práticas cívicas inclusivas, ambas mobilizadas pelas elites cazaques como estratégia de legitimação interna e de projeção internacional.

Esse arcabouço, ao articular dimensões históricas, estruturais e discursivas, permite situar o Cazaquistão nas tensões próprias às sociedades pós-coloniais e fornece um caminho metodológico para examinar como o nacionalismo se expressa e se reconfigura na política externa. Desse modo, evidencia-se que a atuação internacional do país não pode ser dissociada de seus dilemas identitários domésticos, mas antes constitui a sua principal arena de reafirmação e negociação nacionalista.

4 DISCURSO NACIONALISTA E POLÍTICA EXTERNA CAZAQUE

4.1 A política externa cazaque sobre o conflito russo-ucraniano

Reitera-se que orientação político-ideológica da Política Externa Cazaque para a década que compreende 2020 e 2030 encontra-se manifesta no supracitado decreto presidencial de conceituação dessa (Kazakhstan, 2020, p. 2-12), emitido pelo Ministério das Relações Exteriores e sancionado diretamente via a Presidência da República Cazaque em 6

de Março de 2020. A composição do documento constitui de iniciais disposições gerais sobre os aspectos conjunturais que permeiam o Sistema Internacional à época, mas que perduram aos anos atuais, tais quais a crescente interdependência contraposta pela desconfiança e teor conflitivo verificáveis na eclosão de conflitos armados.

Ainda que concebida em caráter prévio ao litígio russo-ucraniano, tais diretrizes dispostas no decreto de 2020 permitem uma compreensão da abordagem institucional do país acerca de questões de segurança, assim como um vislumbre de como a Federação Russa insere-se no cálculo de política externa do país. Em trecho concernente à listagem de prioridades na diplomacia bilateral e/ou multilateral, nota-se particular ênfase na manutenção do canal estratégico com a Federação Russa. Atribuindo-a caráter evidentemente prioritário, o documento assevera que a política externa do país, em quesito multilateral e regional, pautar-se-á no “aprofundamento do alinhamento para com a Rússia”, através, por exemplo, da ampliação da institucionalidade do Fórum de Cooperação Inter-regional Russo-Cazaque (Kazakhstan, 2020, p.8-9).

No escopo do documento consta também uma perceptível retórica eurasianista, à medida que elencam-se múltiplas agendas regionais centro-asiáticas, enfatizando o caráter prioritário que Astana atribui ao âmbito da União Econômica Eurasiática, a fim de “levar plenamente em conta os interesses nacionais de longo prazo do Cazaquistão” (Kazakhstan, 2020, p.10). Tal passagem faz-se particularmente pertinente, à medida que diserne como a retórica eurasianista se insere no pragmatismo nacionalista da política externa do país, especialmente quando menciona-se o “estreitamento de laços no campo de segurança em resposta a novos desafios e ameaças” (Kazakhstan, 2020, p. 10).

A eclosão da guerra russo-ucraniana suscitou múltiplos questionamentos de especialistas acerca do posicionamento de Estados pós-soviéticos, tais como as implicações à herdada presença mediadora de Moscou na região. O Cazaquistão, em ratificação das diretrizes do documento supramencionado, encontra-se numa posição de destaque, à medida que concilia a agenda eurasiana em concomitância ao comércio com o Ocidente. Kassenova (2022) discorre sobre como a guerra russo-ucraniana acarretou numa desestabilização da práxis doutrinária da política externa cazaque, à medida que implicou em potenciais rupturas à postura pragmática e neutra que tem sido adotada pelo país nas últimas décadas.

A autora enumera inúmeros dilemas decorrentes do conflito como variáveis intervenientes na manutenção e/ou reformulação do pragmatismo multivetorial historicamente

associado ao país, ecoando as próprias bases constitutivas do Estado contemporâneo. Membro da União Econômica Eurasiática e da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, ao passo em que se consolidou como parceiro comercial relevante da União Europeia e dos Estados Unidos, o Cazaquistão viu-se imerso na dicotomia entre pragmatismo comercial e condições estruturais de segurança que ecoa toda a história de sua pós-emancipação (Kassenova, 2022).

Entretanto, como aponta Kassenova, utilizou-se do caráter multivetorial da política externa do país para fins ambivalentes — tanto reafirmar o compromisso à agenda multilateral e buscar alternativas logísticas às sanções impostas contra o seu segundo maior parceiro comercial, quanto para manter o canal de cooperação russo sob vieses relativamente incólumes. Paradoxalmente, uma vez que o processo de *nation-building* já encontra-se em termos “bem mais pronunciados”, a soberania faz-se um artifício retórico de constante reificação na postura de Astana (Kassenova, 2022, p.6). A postura imediata de Tokayev, constata a autora, resplandece um comedido esforço de se solidarizar com a nação ucraniana e afirmar sua integridade territorial, não obstante sempre modulando-o à narrativa oficial do Kremlin (Kassenova, 2022).

Laurelle (2019) aponta a postura comedida de Astana em relação a Moscou como produto direto de uma relação em que os benefícios de ater-se ao status quo excedem os de rompê-lo. Ainda que em caráter prévio ao litígio que faz-se objeto de discussão nesta pesquisa, o viés analítico postulado pela autora faz-se respaldado em muitos aspectos intertextuais dos discursos que serão analisados adiante. A autora constata que a dependência econômica do Cazaquistão em relação à Rússia, acrescida à discrepância bélico-militar condicionada pela necessidade de Astana em contar com Moscou para a manutenção de suas forças armadas, revela uma dimensão vetorial que inevitavelmente há de fazer-se prioridade por Astana — fundamentando a “favorabilidade” com que o país buscou manter o canal cooperativo ligeiramente dependente para o grande vizinho do Norte desde sua independência (Laurelle, 2019, p. 218).

Mediante a contextualização dos fundamentos constitutivos da política externa cazaque acima referida, parte-se da hipótese central que o discurso nacionalista cazaque incide enquanto balança retórica na política externa do país, considerando sua engenhosidade argumentativa em simultaneamente delinear a soberania nacional e o status eurasiano do Cazaquistão. A práxis implica que ele se manifesta como um elo semântico que

conecta a narrativa doméstica de identidade cívica à projeção internacional do Estado, permitindo a articulação de posições pragmáticas sem que isso implique uma ruptura explícita com a órbita russa ou a lógica da integração eurasianista, à medida que reforça a ideia de que todas coexistem nas suas ações, tal como as etnias e culturas no Estado.

Deste modo, a retórica nacionalista induziria um instrumento de barganha simbólica para o Cazaquistão contemporâneo, asseverando a sua autonomia e caráter multivetorial sem que haja erosão do caráter eurasiano que perdurou a história do país. Conformar-se-ia, pois, ao panorama histórico de integração econômica e dependência militar em relação à Rússia sem grandes disruptões com a lógica de órbita de influência russa que firmaram-se como status quo da região.

5.2 Cazaquistão, conflito russo-ucraniano e nacionalismo: mapeamento de discursos.

Em consonância às hipóteses e desdobramentos teóricos supracitados, esta subseção dedicar-se-á à identificação e análise do discurso nacionalista do Cazaquistão, mediante um mecanismo de filtro que privilegie cronologicamente as declarações feitas pelo presidente e demais atores pertinentes quando para referir-se à Federação Russa em conflito com Ucrânia. A referenciação de cada trecho discursivo será instrumentalizada a fim de que haja evidências empíricas que sustentem ou descartem as hipóteses elaboradas na seção anterior, conforme as pontuações elencadas pela bibliografia. Por fim, buscar-se-á integrar a discussão em voga do nacionalismo cazaque na sua política externa a partir dos conceitos de nacionalismo estipulados em seções anteriores, dedutivamente também tratando-se da teoria de incidência desse na política externa.

Assim sendo, inicia-se o rol analítico a partir do discurso do presidente Tokayev em 1 de março de 2022, por ocasião do congresso extraordinário do partido Amanat (previamente nomeado de Nur Otan). Figurando enquanto uma das primeiras manifestações da instância presidencial após a eclosão do conflito, a declaração de Kassym-Jomart Tokayev expressa de maneira fidedigna as prioridades elencadas no documento sobre conceituação da política externa (2020):

(...) Nossa postura deve partir da necessidade crítica de garantir a segurança, a soberania e a integridade territorial do nosso Estado. (...) Como país que sediou a

cúpula da OSCE em 2010, insistimos no princípio da indivisibilidade da segurança eurasiana. (Kussainova, 2022 [tradução nossa]).

Evocando diretamente o caráter prioritário atribuído ao eurasianismo verificado no *Concept of Foreign Policy* de 2020, nota-se claramente o ímpeto de assegurar o status soberano do país, concebendo os dilemas da soberania pós-soviética recrudescidos pelo conflito enquanto circunstância que faz-se comum a todos os Estados da esfera eurasiana. Frisando o princípio da indivisibilidade da segurança eurasiática, sublinhou-se que a segurança da região é interdependente e que portanto nenhum Estado pode se considerar isolado dos riscos que recaem sobre os vizinhos. Deste modo, nota-se que as preocupações concernentes ao status soberano do país são diluídas numa retórica mais abrangente, evocando uma linha argumentativa dissuasória de possíveis alegações de alinhamento por parte de Moscou mediante a sugestão que se trata de uma práxis de caráter regional, historicamente precedida e intrinsecamente correlata à experiência de domínio com que o governo russo semeou na região.

Em 5 de abril de 2022, o ministro das Relações Exteriores e vice-primeiro-ministro, Mukhtar Tleuberdi, reiterou que o país não reconhece as regiões separatistas de Donetsk e Lugansk, enfatizando ainda a necessidade de evitar que a economia cazaque seja utilizada para contornar sanções contra a Rússia. Quando questionado sobre a abstenção do país nas resoluções da ONU que demandavam a retirada das tropas russas da Ucrânia, Tleuberdi respondeu: “Abster-se também é uma posição”, destacando que essa decisão foi tomada com base nos “interesses nacionais do Cazaquistão” (Tapaeva, 2022 [tradução nossa]).

O fragmento supracitado configura-se como um recorte empírico deveras representativo para a validação da hipótese de que a retórica nacionalista funciona como um instrumento de barganha simbólica no Cazaquistão contemporâneo. As declarações de Tleuberdi asseveram princípios tradicionais de soberania e respeito ao direito internacional, entretanto alocando-os ao panorama histórico de integração e dependência em relação à Rússia. Nota-se uma práxis de, tal como o próprio ministro sugeriu, abster-se de comprometimentos ou declarações que impliquem em posicionamentos concretos, sendo o subterfúgio retórico a priorização do interesse nacional.

Ademais, no Fórum Econômico de São Petersburgo, em junho de 2022, o chefe de Estado retoma o caráter prioritário atribuído à soberania. Esboçando o caráter solidário em

relação à Ucrânia arguido por Kassenova (2022) e ilustrando a habitual retórica comedida desenhada por Laurelle (2019), faz-se essencial destacar no discurso transcrito menções diretas à autodeterminação e integridade territorial. Tal como proferiu Tokayev (Kazakhstan, 2022), em declaração do não-reconhecimento das Repúblicas de Donetsk e Lugansk por parte de Astana:

(...) O direito internacional moderno é a Carta da ONU. Dois princípios da ONU, no entanto, entraram em contradição: a integridade territorial do Estado e o direito de uma nação à autodeterminação. Se o direito de uma nação à autodeterminação for concretizado, mais de 500 Estados surgirão na Terra e haverá caos (Kazakhstan, 2022 [tradução nossa]).

A composição semântica do posicionamento supracitado evoca uma certa margem para ambiguidade, à medida que paradoxalmente ratifica o compromisso do Estado cazaque com as normas e paradigmas do direito internacional, esboçados pelo sistema das Nações Unidas, enquanto concomitantemente desconstrói-os conforme moldes argumentativos que atenuam uma retórica mais agressiva em relação a Moscou. Nota-se que o exercício retórico é comedidamente delineado a fim de evitar obstruções do canal cooperativo com Moscou, expresso pela ratificação da integridade territorial dos Estados pós-soviéticos, todavia evitando-se esboçar comprometimentos explícitos no discurso — exprimindo, por exemplo, os dilemas entre soberania e autodeterminação — que possam suscitar alegações de alinhamento por ambos os discursos antagônicos dos beligerantes.

À medida que o ano subsequente prosseguiu com as dinâmicas da guerra, a política externa do Cazaquistão consolidou-se em torno da práxis supracitada em cautelosamente reafirmar a soberania nacional através da manutenção de relações pragmáticas com os blocos de poder eurasiano e ocidental. A organização georgiana Civic IDEA (2023), em relatório emitido sobre a resposta institucional das diferentes repúblicas centro-asiáticas ante ao conflito russo-ucraniano, infere que a ênfase nos dilemas de autodeterminação nacional e soberania evocada no discurso de Tokayev na ocasião do Fórum Econômico de São Petersburgo — ainda que comedidas — logrou relativa estabilidade, considerando os atritos diplomáticos previamente suscitados pelas declarações do Ministro das Relações Exteriores do país acerca do não reconhecimento das repúblicas secessionistas.

Conforme reportado pelo *Astana Times* (2024) e reiterado por Chan Young e Shaikenova (2025), tal orientação pragmática almeja fortalecer o desenvolvimento interno em detrimento de uma postura excessivamente alta que pudesse implicar em represálias por parte do Kremlin, inferindo que a ênfase em diversificação econômica adotada pela política externa do país após 2023 reflete o ímpeto de atenuar a dependência de capital e arcabouço logístico russo. Em janeiro de 2025, por exemplo, Tokayev declarou em nota emitida pela Assessoria de Imprensa da Presidência do Cazaquistão que sua atribuição última enquanto chefe de Estado era a de “fortalecer o potencial econômico, a soberania e a posição internacional do nosso Estado” (Kazakhstan, 2025 [tradução nossa]).

Alinhando-se ao argumento de Kassenova (2022), observa-se que o discurso de Tokayev em fevereiro de 2025, ao sancionar uma lei que altera e acrescenta dispositivos ao Código do Trabalho, é particularmente representativo ao evidenciar a diversificação comercial e a redução da dependência econômica como instrumentos de afirmação da soberania:

(...) O Cazaquistão não deveria precisar importar eletricidade nem depender de países vizinhos. A situação atual é inaceitável sob todos os pontos de vista, especialmente no que se refere à segurança do Estado (Akorda Press Service, 2025 [tradução nossa]).

Nota-se, mediante a declaração supracitada, que, mesmo diante de uma já consolidada práxis doutrinária da política externa multivetorial — que privilegia o pragmatismo na diversificação de parceiros comerciais — o Cazaquistão, sob a liderança de Tokayev, dá ênfase a declarações que evidenciam tanto a matriz econômica quanto o status soberano do país no Sistema Internacional. Dombay (2025) sugere que a manobra cazaque seria de diversificar suas rotas de exportação e reduzir a dependência da Rússia, logrando, destarte, segurança energética e atenuação da dependência do canal cooperativo russo através da construção do gasoduto no Mar Cáspio, inserido-se nos planos de criação de um corredor médio que ofereça uma alternativa logística às sanções acrescidas à Rússia em decorrência de seu litígio com a Ucrânia.

Verificou-se nesta seção que apesar de historicamente pautar-se numa postura pragmática e empenhar-se constantemente em ratificar a sua soberania ante a Moscou, o Cazaquistão revestido no discurso nacionalista nunca chegou a adotar posicionamentos

verdadeiramente concretos a respeito da guerra eclodida em 2022. Os dados analisados corroboram a hipótese de que o discurso nacionalista cazaque incide enquanto balança retórica na política externa do país, demonstrando certa engenhosidade argumentativa em delinear simultaneamente a soberania nacional e o status eurasiano do Estado através da semântica que conecta a narrativa doméstica de identidade cívica à projeção internacional do Cazaquistão. Infere-se em caráter conclusivo que há a coexistência de múltiplos interesses e identidades nas ações do Estado, de modo análogo à diversidade étnica e cultural que caracteriza a sociedade cazaque.

5 CONCLUSÕES

Ao término dessa análise, evidencia-se que o nacionalismo cazaque constitui um elemento central na formulação da identidade nacional e nas dinâmicas da política externa do país, especialmente no contexto pós-guerra na Ucrânia. O presente trabalho buscou elucidar que há um vínculo intrínseco entre o discurso nacionalista do Cazaquistão e a narrativa de soberania e autodeterminação verificadas na sua relação com a Rússia em contexto pós-Guerra da Ucrânia.

O discurso nacionalista do Cazaquistão emerge diretamente das condições estruturais do país do plano histórico, adaptando-se às clivagens étnicas diretamente vinculadas à emergência dos Estados Russos e seus mecanismos de colonização. Remonta-se diretamente ao referencial teórico modernista de Gellner (1983), cujo âmago debruça-se sobre o processo de legitimação do Estado através do discurso nacionalista; o resgate memorial presente etnosimbolismo de Smith (1983); tal como a crítica postulada pelo nacionalismo periférico de Chatterjee (1993); quando discerne-se a dicotomia étnico-cívica em que se manifesta o nacionalismo do país. Por consequência, a alcunha de *nationalizing state* teorizada por Brubaker (1996) e diretamente-lhe atribuída por Laurelle (2022) revela-se como mecanismo simultâneo de resistência e adaptação às circunstâncias estruturais, consolidando-se como força motriz na atual configuração das relações internacionais do Cazaquistão.

A inferência desvelada nesta pesquisa centra-se no discernimento que o nacionalismo cazaque, composto de suas contradições étnico-cívicas, transcende a sua mera normatização no plano doméstico. A narrativa estatal de unidade nacional adotada mediante ao cenário de múltiplas reivindicações identitárias respalda num esforço assíduo dos burocratas de política externa cazaque em ratificar o ideal de soberania através de uma política externa que concilia

interesses discrepantes - estes instrumentalizados em teor pragmático a fim de priorização dos interesses nacionais.

Nota-se, adjacente mente, que o estopim do conflito russo-ucraniano escancara os dilemas de segurança oriundos da presunção de um possível renascimento do expansionismo russo na região. A postura cautelosa empregada pelo governo cazaque induz a uma constatação acerca do papel fundamental que a Rússia exerce (e exerceu) na política do país, suscitando um cenário de dependência que reduz consideravelmente as chances de ruptura com o *status quo*. Tem-se que paulatinamente à asserção de um caráter soberano do Estado, o governo de Astana inevitavelmente insere-o na narrativa adotada pelo Kremlin, remontando os séculos de colonização e interferência russa nos povos que habitavam as estepes. Afinal, os poderosos vizinhos do Norte portam da força de ursos, enquanto as águias das estepes alçam vôo conforme o ensejo de favorabilidade com que esses se detém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDELAL, Rawi; HERRERA, Yoshiko M.; JOHNSTON, Alastair I.; McDERMOTT, Rose. *Identity as a variable. Perspectives on Politics*, v. 4, n. 4, p. 695–716, dez. 2006. DOI: 10.1017/S1537592706060242.

AGENCY FOR PLANNING AND STRATEGIC REFORMS OF THE REPUBLIC OF KAZAKHSTAN. *Population of the Republic of Kazakhstan by individual ethnic groups and age ranges* (as of January 1, 2025). Astana. National Statistics Agency, 27 Mar. 2025. Disponível em: <https://stat.gov.kz/en/industries/social-statistics/demography/publications/337150/>.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983. ISBN 978-0-86091-543-1.

AYDİNÜN, Aysegül. *State Symbols and National Identity Construction in Kazakhstan*. In: BELLER-HANN, Ildikó (ed.). The Past as Resource in the Turkic Speaking World. Wünzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 139–158. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/521922.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. ISBN 85-85727-47-6.

BEACHÁIN, Donnacha; KEVLIHAN, Rob. *State-building, identity and nationalism in Kazakhstan: some preliminary thoughts*. Dublin, Dublin City University, 2011. Disponível em: <https://doras.dcu.ie/16243/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRUBAKER, Rogers. *Nationalizing states in the old ‘new’ Europe – and the new*. Ethnic and Racial Studies, v. 19, n. 2, p. 411–437, abr. 1996.

CHATTERJEE, Partha. *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993. ISBN 978-0-691-02793-5.

IDEA, Civic. *Regional Positioning on the Russia–Ukraine War*. Tbilisi. Civic IDEA, jul. 2023. Relatório publicado com apoio de National Endowment for Democracy (NED); International Visegrad Fund; Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Korea; Taiwan Foundation for Democracy. Disponível em:

[https://civicidea.ge/wp-content/uploads/2023/08/Central-Asia-Regional-Positioning-on-the-Russia-Ukraine-War.pdf.](https://civicidea.ge/wp-content/uploads/2023/08/Central-Asia-Regional-Positioning-on-the-Russia-Ukraine-War.pdf)

DEMOSCOPE WEEKLY. Население СССР по национальному составу (Перепись 1959 года) [*Composição étnica da população da URSS (Censo de 1959)*]. Moscou: Demoscope Weekly, 2002. Disponível em: http://demoscope.ru/weekly/ssp/sng_nac_59.php.

DOMBAY, Kuat. *The Time Is Now For Kazakhstan to Achieve Energy Independence From Russia*. The Diplomat, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://thediplomat.com/2025/04/the-time-is-now-for-kazakhstan-to-achieve-energy-independence-from-russia/>.

ERBAS, Isa. *Constructivist approach in foreign policy and in international relations*. *Journal of Positive School Psychology*, v. 6, n. 3, p. 5087–5096, 2022. Disponível em: <http://journalppw.com>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FISHER, Lyn R. *Qazaqjylyq: Nationalism and Revolution in Kazakhstan, 1900–1920*. Dissertação (Mestrado em História). Missoula: University of Montana, 1989.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e democracia*. Tradução de Leônicio Martins Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 48 p. (Cadernos da UnB, n. 17, Série Sociedade e Política).

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983. ISBN 978-0-631-13246-1.

GELLNER, Ernest. *Scale and Nation*. In: GELLNER, Ernest. *Contemporary Thought and Politics*. 1. ed. London: Routledge & Kegan Paul, 1974. Cap. 11, p. 141–157. ISBN 0-203-00921-5.

GLEASON, Gregory. *New Military Doctrine Strengthens Kazakhstan's Multi-vector Posture*. The Diplomat, 25 out. 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/10/new-military-doctrine-strengthens-kazakhstans-multi-vector-posture>.

GOTEV, Georgi. *Kazakh official: We will not risk being placed in the same basket as Russia*. EURACTIV, 29 mar. 2022. Disponível em:

<https://www.euractiv.com/section/global-europe/interview/kazakh-official-we-will-not-risk-being-placed-in-the-same-basket-as-russia/>.

GREENFELD, Liah. *Nationalism: five roads to modernity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992. ISBN 0-674-28946-5.

KASSENOVA, Nargis. Between Scylla and Charybdis: *Kazakhstan Foreign Policy in Pursuit of a New Equilibrium*. *Central Asia-Caucasus Analyst*, Washington, D.C.; Stockholm-Nacka: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, v. 24, n. 17, 5 set. 2022.

KAZAKHSTAN. Assembly of the People of Kazakhstan. *National Unity Doctrine*. Astana: Assembly of the People of Kazakhstan, 2008. Disponível em: <https://assembly.kz/en/prochee/national-unity-doctrine>. Acesso em: 4 set. 2025.

KAZAKHSTAN. Government of the Republic of Kazakhstan. *Resolution No. 148*, of 21 January 2012: Approves the rules for the entry, stay, and exit of immigrants in the Republic of Kazakhstan, as well as the implementation of migration control. Alterada em 31 de dezembro de 2022. *Electronic Standard Control Bank of Regulatory Legal Acts of the Republic of Kazakhstan*. Disponível em: <http://zan.gov.kz/client/#!/doc/177676/kaz>.

KAZAKHSTAN. *On the Concept of the Foreign Policy of the Republic of Kazakhstan for 2020–2030*. Decreto nº 280, de 6 de março de 2020. Disponível em: https://www.akorda.kz/en/legal_acts/decrees/on-the-concept-of-the-foreign-policy-of-the-republic-of-kazakhstan-for-2020-2030. Acesso em: 14 abr. 2025.

KAZAKHSTAN. *Presidential Administration of the Republic of Kazakhstan*. Disponível em: <https://www.akorda.kz/en>. Acesso em: 21 abr. 2025.

KEDOURIE, Elie (Ed.). *Nationalism in Asia and Africa*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1970. ISBN 0-297-76565-6.

KUDAIBERGENOVA, Diana T. *Imagining community in Soviet Kazakhstan: an historical analysis of narrative on nationalism in Kazakh-Soviet literature*. Nationalities Papers, v. 41, n. 3, p. 23–45, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00905992.2013.775115>.

KUSSAINOVA, Meiramgul. *Kazakhstan's ruling Nur Otan party renamed Amanat.* Anadolu Agency, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/kazakhstan-s-ruling-nur-otan-party-renamed-amamat/2519950>.

LARUELLE, Marlène; KUDAIBERGENOVA, Diana T. *Making sense of the January 2022 protests in Kazakhstan: failing legitimacy, culture of protests, and elite readjustments.* Post-Soviet Affairs, [S.l.], v. 38, n. 26, p. 1–19, maio 2022. DOI: 10.1080/1060586X.2022.2077060

LARUELLE, Marlène; ROYCE, Dylan; BEYSSEMBAEV, Serik. *Untangling the puzzle of “Russia’s influence” in Kazakhstan.* Central Asian Survey, v. 38, n. 2, p. 211–243, 2019. DOI: 10.1080/02634937.2019.1642777

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF KAZAKHSTAN. *Kazakhstan’s President Addresses Challenging Issues on International Agenda and Relations with Russia at Saint Petersburg Economic Forum.* 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.kz/memleket/entities/mfa/press/news/details/390248?lang=en>.

MORIN, Jean-Frédéric; PAQUIN, Jonathan. *What part does culture play in FPA?* In: MORIN, Jean-Frédéric; PAQUIN, Jonathan. *Foreign Policy Analysis: A Toolbox.* Cham: Palgrave Macmillan, 2018. p. 255–314. DOI: 10.1007/978-3-319-61003-0_8.

NAJIBULLAH, Farangis. *Ethnic Balancing? Kazakhstan settles returnees in regions with significant Russian-speaking populations.* Radio Free Europe / Radio Liberty, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/kazakh-settles-returnees-russian-speaking-regions/32122862.html>

OBIDIAKOV, Andrej. *Ethnic cleansing in the USSR, 1937–1949.* Westport; London: Greenwood Press, 1999. xi, 262 p. (Contributions in Comparative Colonial Studies, 41). ISBN 0313304349.

ÖZKIRIMLI, Umut. *Theories of nationalism: a critical introduction.* London: Palgrave Macmillan, 2010. ISBN 978-0-230-23516-7.

REES, Kristoffer; BURKHANOV, Aziz. *Constituting the Kazakhstani nation: rhetorical transformation of national belonging.* Nationalism and Ethnic Politics, v. 24, n. 4, p. 433–455, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13537113.2018.1522758>. Acesso em: 27 maio 2025.

ROUX, Jorge. *Nacionalismo e Terceiro Mundo: Álvaro Vieira Pinto.* São Paulo: Cortez Editora, 1990. ISBN 85-231-0182-4.

SABOL, Steven. *The creation of Soviet Central Asia: the 1924 national delimitation.* Central Asian Survey, v. 14, n. 2, p. 225–241, 1995. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02634939508400901>.

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. *Teorias sobre nacionalismo: um debate conceitual e teórico das relações entre nação e história.* História e Diversidade, v. 4, n. 2, p. 91–108, 2012. DOI: 10.18542/hd.v4i2.62.

SATUBALDINA, Assel. *Tokayev Addresses Kazakhstan's Foreign Policy Dynamics.* The Astana Times, 3 jan. 2025. Disponível em: <https://astanatimes.com/2025/01/tokayev-addresses-kazakhstans-foreign-policy-dynamics/>. Acesso em: 23 set. 2025.

SHUKURBEKOVA, Asel. *Kazakhstan's Economic Diplomacy under Tokayev.* International Economics Review, v. 42, n. 2, p. 275-295, 2024.

SMITH, Anthony D. *The ethnic origins of nations.* Oxford: Blackwell, 1986. ISBN 978-0-631-13088-7.

SVANBERG, Ingvar. *In search of a Kazakhstani identity.* Journal of Area Studies, v. 2, n. 4, p. 113–123, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1080/02613539408455710>.

TAPAYEVA, Nurgul. Глава казахстанского МИД: Казахстан не признаёт «ДНР» и «ЛНР» [*Chefe do Ministério das Relações Exteriores do Cazaquistão: Cazaquistão não reconhece a “DNR” e a “LNR”*]. Азаттық, 5 abr. 2022. Disponível em: <https://rus.azattyq.org/a/31786625.html> TEĞİN

TEĞİN, Emre. *Disruption of Pastoral Nomadism: the Impacts of Russian Colonialism on the Kazakh Steppe during the 19th and 20th Centuries*. BILIG, Journal of Social Sciences of Turkish World, v. 111, p. 29-52, 2024. DOI: 10.12995/bilig.11102.

TURARBEKAVA, Roza. *Kazakhstan foreign policy during presidency of Kasim-Jomart Tokayev (2019–2023)*. Wschodnionaukstwo, v. 17, p. 145-167, 23 dez. 2023.

UNITED STATES. Central Intelligence Agency. *USSR: Demographic Trends and Ethnic Balance in the Non-Russian Republics*. Washington, D.C.: CIA, 1990. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000292353.pdf.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. ISBN 978-0-521-6245.